

A sala de reuniões da CAE ficou lotada de senadores interessados em acompanhar a sabatina de Armínio Fraga



Armínio Fraga (ao lado do senador Antonio Carlos Magalhães) disse que espera ver as taxas de juros caírem no segundo semestre



PLENÁRIO VOTA FRAGA NA QUARTA

Já passava das 16 horas quando os demais diretores indicados para o Banco Central começaram a ser sabatinados



- Indicado à presidência do Banco Central é aprovado na CAE por 21 a 6
- ACM anuncia que plenário votará indicações na próxima quarta-feira
- Armínio Fraga defende "quarentena para diretores" e autonomia para BC
- Governo enfatiza boa formação acadêmica, experiência e reputação
- Oposição ressalta ligação de Fraga com especulador George Soros

CAE APROVA DIRETORIA

Presidente:

Armínio Fraga Neto

Diretores:

Daniel Luiz Gleizer

Edison Bernardes dos Santos

Luiz Carlos Alvarez

Luiz Fernando Figueiredo

Sérgio Ribeiro da Costa Werlang

Em sessão marcada para as 14h30 de quarta-feira, o plenário do Senado deverá votar as indicações do presidente da República para a diretoria do Banco Central. Ao final de uma sabatina que durou nove horas, a



SABATINA

Junto com Fraga, foram aceitas as indicações de cinco diretores (veja quadro acima). A decisão foi precedida de uma explanação de Fraga e mais de 100 perguntas, feitas por 39 senadores de diferentes partidos. O

Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou na sexta-feira o nome do economista Armínio Fraga para a presidência da instituição.

presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, acompanhou toda a sabatina ao lado do presidente da CAE, senador Fernando Bezerra.

VOTAÇÕES DA SEMANA

Projetos da Câmara entram na pauta

Os senadores discutem e votam, a partir de amanhã, projetos de lei oriundos da Câmara dos Deputados, que tratam de defesa do consumidor e de ecologia. O primeiro obriga as empresas a oferecerem seis datas diferentes para o pagamento das contas de água, luz e outros serviços públicos. O outro dispõe sobre a proteção das cavernas brasileiras, proibindo qualquer atividade de exploração mineral nesses locais.

Consumidor poderá escolher data para pagar tarifa pública

A mudança é prevista em projeto de lei da Câmara que deve ser votado amanhã

O plenário do Senado aprecia amanhã projeto de lei da Câmara dos Deputados que obriga as empresas concessionárias de serviço público a oferecer pelo menos seis datas diferentes para que os usuários escolham uma para o pagamento de suas contas. A matéria, que tem parecer favorável do relator na CCJ, senador Simon (PMDB-RS), determina que as datas indicadas deverão ser as mesmas para as várias companhias de serviços públicos oferecidos no estado.

Também consta da pauta a votação, em turno suplementar, de substitutivo a projeto da Câmara que dispõe sobre a proteção das cavernas brasileiras. A proposta, que se aprovada será votada pelos deputados, proíbe qualquer lavra mineral ou construção, inclusive de estradas, a menos de 300 metros da

entrada de qualquer caverna. A União, a quem pertencem as cavernas, fica autorizada a firmar convênio com estados e municípios para sua proteção e utilização.

Nesta terça, transcorre o terceiro dos cinco dias de discussão em primeiro turno da proposta de emenda constitucional que cria juizados especiais no âmbito da Justiça Federal. Se não receber emendas, a matéria poderá ser votada a partir de quinta-feira.

Na sessão de quarta, será votada a indicação de Arminio Fraga e dos demais diretores do Banco Central.

COMISSÃO

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se amanhã, às 10h, para apreciar uma pauta de cinco itens relacionados a pedidos de autorização para contratação de créditos.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 2 DE MARÇO DE 1999

PLENÁRIO

▶ 14h30 - Sessão não deliberativa

PREVISÃO PARA A SEMANA

Terça-feira (2.3.99)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Terceiro dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 1/99, que cria juizados especiais na Justiça Federal; *Substitutivo ao PLC nº 36/96, que dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas; e *PLC nº 40/97, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as concessionárias de serviço público estabelecerem ao consumidor e ao usuário datas opcionais para o vencimento de seus débitos.

Quarta-feira (3.3.99)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *Mensagem nº 74/99, que submete ao Senado Federal o nome de Arminio Fraga Neto para exercer o cargo de presidente do Banco Central do Brasil; e ainda as Mensagens nºs 77/99, 78/99, 79/99, 80/99 e 81/99, que também submetem à Casa os nomes de Daniel Luiz Gleizer, Edison Bernardes dos Santos, Luiz Carlos Alvarez, Luiz Fernando Figueiredo e Sérgio Ribeiro da Costa Werlang para exercerem cargos de diretor do BC; votação em 2º turno da *PEC nº 64/95, que dispõe sobre prazo prescricional das ações trabalhistas; e quarto dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 1/99, que cria juizados especiais na Justiça Federal.

Quinta-feira (4.3.99)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Quinto e último dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 1/99, que cria juizados especiais na Justiça Federal.

Sexta-feira (5.3.99)

▶ 9h - Sessão não deliberativa

ESPECIAL

▶ 12h - Cultura ao Meio-Dia

Filme: *A Fraternidade é Vermelha*, dirigido pelo polonês Krzysztof Kieslowski. Último filme da trilogia sobre as cores da bandeira da França.
Local: Auditório Petrólio Portella

Dos seis diretores indicados para o BC, quatro vêm de bancos privados

Os integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) questionaram os cinco diretores do Banco Central (BC), logo após a aprovação do nome de Arminio Fraga para a presidência do BC.

José Eduardo Dutra (PT-SE) observou que, dos seis nomes que o presidente da República indicou para o Banco Central (BC), quatro deles estavam trabalhando até recentemente em bancos privados. "Como vocês vão agir na hora em que forem fiscalizar os bancos em que estavam trabalhando?", questionou Dutra.

Daniel Gleizer, que trabalhava no Banco de Investimentos Crédit Suisse First Boston Garantia, disse que era diretor de pesquisa para a América Latina, não atuando na parte de aplicações. Sérgio Werlang informou que havia deixado em janeiro, antes da flutuação cambial, o cargo de diretor adjunto do Banco BBM.

Os outros dois que vieram da área financeira privada, citados por José Eduardo Dutra, são Luiz Fernando Figueiredo (veio do Banco BBA Creditanstalt) e o próprio Arminio Fraga (que trabalhava com o investidor George Soros).

TAXAS DE JUROS

Ney Suassuna (PMDB-PB), relator de todas as mensagens do presidente da República com as indicações, perguntou se existe uma previsão para a queda das taxas de juros. Ouviu de Sérgio Werlang que, só após a conclusão do ajuste fiscal, com o câmbio estabilizado, será possível uma queda nas taxas dos empréstimos bancários.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que o problema da dívida pública interna brasileira não é o seu valor, mas sim o perfil, com títulos de resgate de curto prazo.

Quis saber como alongar tais títulos. Sérgio Werlang ponderou que o mercado irá aceitar "naturalmente" títulos de prazos maiores à medida que o governo resolver seus problemas fiscais.

Já o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) perguntou por que o governo não autoriza os bancos a receberem, no Brasil, depósitos de brasileiros em moeda estrangeira. Luiz Fernando Figueiredo lembrou



que empresas e pessoas do país têm a opção de comprar do governo títulos com cláusula cambial.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) quis conhecer detalhes de operações

do Proer e questionou a participação de fundos de pensão de estatais no programa de privatização, dirigindo-se basicamente a Edison Bernardes dos Santos, futuro diretor de Administração do BC e atualmente diretor da Centrus, fundo de pensão dos funcionários do BC.

Ouviu dos indicados elogios ao Proer, mas não conseguiu os detalhes pretendidos. Edison Bernardes ponderou que os fundos de pensão não concentram renda, como afirmara Suplicy, e são uma excelente forma de aumentar a poupança nacional.

Por sua vez, o senador José Fogaça (PMDB-RS) observou que esta é a primeira vez no Brasil em que se quer resolver os problemas fiscais do país antes de uma retomada do crescimento econômico.

Técnicos falam sobre diretrizes setoriais

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apresentou parecer favorável à aprovação dos nomes de todos os diretores indicados para o Banco Central (BC) afirmando que "os requisitos básicos de notório conhecimento econômico e reputação ilibada, bem como experiência prática nas questões relacionadas com sua área de atuação, foram atendidos", disse em seu parecer.

ASSUNTOS INTERNACIONAIS

Daniel Luiz Gleizer, indicado para a Diretoria de Assuntos Internacionais, disse que a atual taxa de câmbio mostra uma desvalorização exagerada do real: "Uma melhor relação com o dólar só virá com a restauração da credibilidade do país". Ele acrescentou que, recuperando-se a credibilidade, "surgirá espaço para baixar juros e retomar o crescimento e a geração de empregos". O seu nome foi aprovado por 24 votos a favor e três contrários.

ADMINISTRAÇÃO

Edison Bernardes dos Santos, nome aprovado com dois votos favoráveis, dois contrários e uma abstenção, ressaltou a necessidade de "ampliar os canais de informação

direta ao cidadão, para que o BC possa fazer-se entender melhor, comunicar melhor".

FISCALIZAÇÃO

Luiz Carlos Alvarez, indicado para a Diretoria de Fiscalização, disse que o avanço tecnológico permitirá fiscalizar melhor questões como a lavagem de dinheiro e outras "atividades fraudulentas". Foi aprovado pela CAE por 25 votos a favor, um contra e uma abstenção.

POLÍTICA MONETÁRIA

Luiz Fernando Figueiredo, aprovado com 24 votos favoráveis e três contrários para a Diretoria de Política Monetária, afirmou que, logo após a estabilização do câmbio e da inflação provocada pela mudança cambial, o governo terá de rever as taxações impostas pelo Banco Central na intermediação financeira.

POLÍTICA ECONÔMICA

Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, cujo nome foi aprovado por 23 votos a favor, três contra e uma abstenção para a Diretoria de Política Econômica, explicou que o Brasil adotará, a partir de agora, metas inflacionárias, ao invés das tradicionais políticas monetárias.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CAE aprova diretores do BC em reunião de 9 horas

Durante a sabatina, 39 senadores fizeram mais de 100 perguntas. Questionaram as altas taxas de juros, a possível volta da inflação, queda da atividade econômica e aspectos éticos envolvidos na indicação de Fraga

Em reunião que durou nove horas, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) aprovou na sexta-feira o nome do economista Armínio Fraga Neto para a presidência do Banco Central e de cinco diretores da instituição. As indicações do presidente da República serão agora votadas pelo plenário do Senado, em sessão marcada para quarta-feira, às 14h30.

Concluída a sabatina na CAE, a indicação de Armínio Fraga recebeu 21 votos favoráveis e seis contrários na comissão. Duas horas depois, após questionamentos, os cinco diretores também foram aprovados pela comissão, todos recebendo no mínimo 23 votos favoráveis. São eles Daniel Luiz Gleizer, para a Diretoria Internacional; Edison Bernardes dos Santos, para Administração; Luiz Carlos Alvarez, para Fiscalização; Luiz Fernando Figueiredo, para Política Monetária; e Sérgio Werlang, para Política Econômica.

Na reunião, 39 senadores fizeram mais de 100 perguntas. No geral, as perguntas dos senadores que apóiam

o governo refletiram preocupação com juros altos, possível volta da inflação e queda da atividade econômica. Já os opositores questionaram aspectos éticos da indicação, pelo fato de Fraga ter trabalhado, até receber o convite para o cargo, numa empresa do investidor internacional George Soros, que faz aplicações em títulos da dívida externa brasileira. Os senadores governistas não viram qualquer problema ético neste fato, lembrando que Fraga se demitiu imediatamente da empresa.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, acompanhou toda a sabatina, ao lado do presidente da CAE, senador Fernando

Bezerra (PMDB-RN). A sessão normal do plenário do Senado foi aberta por Antonio Carlos minutos antes da reunião da CAE e, após a leitura de algumas comunicações, foi encerrada para que todos os parlamentares pudessem acompanhar o debate com Fraga e os outros diretores, na sala das comissões. Por mais de nove horas, a TV Senado e a Rádio Senado transmitiram a sabatina, ao vivo.



Ney Suassuna, Bello Parga, Fernando Bezerra, Antonio Carlos Magalhães e Armínio Fraga na abertura da sabatina na CAE, que durou nove horas

ACM informa que plenário vota indicações na quarta

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou que o plenário do Senado votará na quarta-feira a mensagem de indicação do nome de Armínio Fraga para a presidência do Banco Central. O senador disse que a sabatina do economista, na sexta-feira, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) foi "um espetáculo democrático", e expressou sua satisfação com a aprovação do nome de Fraga "por grande maioria".

– É natural que numa sabatina como essa aconteçam alguns excessos. E, infelizmente, houve, mas o doutor Armínio Fraga se saiu muito bem, e, ao final, eu senti que até mesmo os membros da oposição estavam satisfeitos com as respostas que ele deu – afirmou.

QUESTIONAMENTOS

Antonio Carlos acredita que as respostas de Fraga acabaram com os questionamentos relativos aos aspectos éticos de sua indicação.

– No problema ético, ele se saiu muito bem. Todos acharam isso. Agora, é óbvio que quem está na oposição sempre questiona – observou.

O senador comentou também a



Antonio Carlos Magalhães considerou a sabatina de Fraga um "espetáculo democrático"

polêmica sobre a independência do Banco Central.

– O problema é um pouco da nossa cultura, que nós temos que desenvolver, para que haja independência e, ao mesmo tempo, haja também a possibilidade de se indicar para o cargo uma pessoa capaz, como é o nome que a comissão acaba de aprovar – disse.

Antonio Carlos desmentiu matéria da publicação *Carta Capital* que cita seu nome como estando sob investigação.

– Eu desafio, não só a Polícia Federal, mas qualquer brasileiro, a provar qualquer coisa que desabone minha moral – concluiu.

Parecer de Suassuna destaca formação

A formação acadêmica e a experiência profissional de Armínio Fraga Neto o credenciam a ocupar a presidência do Banco Central, disse ontem o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), relator na Comissão de Assuntos Econômicos das mensagens do governo que indicam Fraga e mais cinco técnicos para comporem a diretoria do banco.

Suassuna baseou seu relatório na análise de três requisitos: reputação ilibada, profundo conhecimento sobre questões econômicas e sobre as práticas da administração pública. O relator afastou quaisquer dúvidas com relação à honestidade do presidente indicado do BC:

– Armínio Fraga Neto caracterizou-se em sua vida pública, quando da ocupação do cargo de diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, pela lisura no trato dos assuntos públicos, bem como pela busca inequívoca de

atender aos princípios da administração pública, resguardando seus interesses, não constando nenhuma restrição a seus atos no Tribunal de Contas da União – frisou Suassuna, lamentando o que considera críticas infundadas com relação ao comportamento do candidato, "fruto de um período de muito barulho".

O senador elogiou a formação acadêmica do indicado, destacando trabalhos em que Fraga analisa as crises internacionais e o papel dos bancos centrais latino-americanos:

– Seus estudos enfatizam os limites de gerenciamento das políticas econômicas dos países emergentes, bem como as prejudiciais conseqüências de práti-



Suassuna lembrou lisura durante passagem pelo BC em 1991

cas que, embora visem ao ajuste das disfunções, acabam por gerar pesado ônus econômico aos países. Fraga destaca a importância de que os países que desejam atingir a estabilidade monetária de forma estrutural devam instituir mecanismos de equilíbrio fiscal permanentes – observou Suassuna.

Após a leitura de seu parecer favorável à indicação, o senador paraibano levantou algumas questões para a análise de Armínio Fraga.

O economista pôde prestar esclarecimentos sobre as denúncias formuladas pelo professor americano Paul Krugman de que o investidor George Soros teria sido favorecido por informações privilegiadas. "O professor Krugman já fez uma retratação pública", justificou.

CCJ analisará processos contra economista

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), informou aos senadores que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ficou incumbida de analisar os processos que tramitam contra o economista Armínio Fraga no Tribunal de Contas da União e no Tribunal de Justiça de Brasília. Bezerra disse que essa foi a decisão do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, diante da existência desses processos.

A informação foi dada ontem durante a reunião da CAE, em razão das declarações do senador Roberto Requião (PMDB-PR) sobre os processos ju-



Bezerra: decisão foi do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães

diciais. No início da reunião, Requião pediu a palavra e disse que tinha conhecimento de processos de 1991 e 1992 no TCU e no Tribunal de Justiça de Brasília, envolvendo Armínio Fraga.

Segundo Requião, os dois processos tratam de acusações de venda antecipada de títulos públicos, com reflexo na baixa das reservas do país, e a revenda desses títulos, durante o período em que Armínio Fraga foi diretor do Banco Central, em 1991. Requião informou que esteve na quinta-feira no TCU, juntamente com o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), onde receberam a informação de que os processos ainda não

foram concluídos.

Diante da situação, chegou a fazer dois requerimentos ao presidente da comissão para que o Senado solicitasse ao TCU informações sobre a situação dos processos e que a CAE tomasse conhecimento do conteúdo dessas matérias com urgência. "São acusações extremamente sérias que devem ser examinadas pela CAE", disse Requião.

Em defesa de Fraga, o senador Hugo Napoleão (PFL-PI) disse que não pode haver nada contra o pretendente à presidência do Banco Central porque não há sentença transitada em julgado, o que significa que não havia impedimento para a sabatina e votação do nome de Armínio Fraga no Senado.

O senador Sérgio Machado (PSDB-CE) também se manifestou a favor de Fraga, afirmando que não há nada contra o acusado, pois os processos não foram concluídos.

Manter inflação baixa é o grande desafio, diz Fraga

Promessa de respeitar quarentena mesmo que não haja exigência legal, defesa da autonomia do BC e previsões sobre os rumos da economia foram alguns dos destaques da exposição feita à CAE

O economista Arminio Fraga Neto, indicado pelo presidente da República para presidir o Banco Central, defendeu na sexta-feira, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a autonomia da instituição e o sistema de quarentena para seus diretores. "Um integrante do governo não deve fazer uso de informações confidenciais para benefício próprio ou de outrem", disse Fraga durante sua exposição na comissão, antes do início da sabatina pelos senadores.

— Pretendo obedecer a esse princípio mesmo não estando ainda em vigor qualquer lei sobre o assunto — garantiu.

Para Arminio Fraga, o grande desafio do Banco Central, atualmente, é garantir um baixo índice de inflação. Repetindo as palavras do ministro da Fazenda, Pedro Malan, o economista disse que o objetivo do governo é ter uma inflação de 0,6% no último trimestre deste ano, o que corresponderia a uma inflação anual de um dígito em 1999.

Já no segundo semestre deste ano, acrescentou Fraga, é possível vislumbrar alguma recuperação da economia. Para o ano 2000, ele espera a retomada do crescimento, com inflação de um dígito, e para o ano 2001 acredita que o país tenha inflação abaixo de 5%.

— Sei que os próximos meses serão difíceis. Mas com uma política fiscal responsável, um regime cambial adequado e um Banco Central voltado para o controle da inflação, tenho confiança de que o dinamismo de nossa economia nos surpreenderá — salientou.

POLÍTICA FISCAL

A atuação do Banco Central, observou Arminio Fraga, deve ser acompanhada da ação de outras frentes de política econômica, em especial a política fiscal. Ele considerou um grande risco a manutenção da trajetória do déficit público dos últimos 18 meses. "O Executivo reconheceu esse problema e, com o imprescindível apoio do Congresso, comprometeu-se com a geração de superávits primários superiores a 3% do PIB nestes e nos próximos anos", disse.

A decisão de controlar o déficit público, acrescentou Fraga, é de "extrema importância", pois não só garante o aumento da poupança do país como ajuda a reduzir o custo do crédito interno e externo. Ele defendeu também o cumprimento e respeito a todos os compromissos e contratos do país. "Tenho total rejeição a medidas arbitrarias e antidemocráticas", frisou.

Em defesa da autonomia do Banco Central, o indicado para presidi-lo disse que essa prerrogativa deve vir acompanhada de transparência nas ações. O BC, explicou, deve



SABATINA

prestar contas, expor periodicamente à sociedade suas metas, justificar tecnicamente as políticas adotadas e apresentar medidas para corrigir desvios, caso ocorram. Além desses requisitos, acrescentou, deve ter credibilidade.

TAXAS DE JUROS

Num futuro próximo, segundo Fraga, deverá ocorrer uma queda nas taxas de juros registradas nos últimos anos. Os juros elevados, observou, significam um alto preço decorrente dos riscos fiscais e cambiais que caracterizaram os últimos meses no país. "As altas taxas de juros em termos reais espelhavam uma preocupação do mercado com a trajetória do endividamento público e com o risco de uma desvalorização cambial", afirmou.

O sistema de câmbio flutuante adotado pelo governo foi defendido por Fraga. Para ele, a experiência de vários países mostra que esse regime é "viável e sustentável" no Brasil. O sistema adotado anteriormente, de bandas cambiais, "tende a ser instável e, mais cedo ou mais tarde, acaba em crise", sustentou.

Durante o discurso, Fraga explicou ainda sua nacionalidade norte-americana e seu trabalho com o megainvestidor George Soros. Disse que seu pai é brasileiro e sua mãe é americana, o que lhe garantiu a dupla nacionalidade. Quanto ao trabalho com o grupo Soros, que afirmou ter "excelente reputação ética", explicou que sua função era definir estratégias de investimento para o conjunto dos chamados países emergentes. Especializou-se, nessa ocasião, na análise macroeconômica desses países e visitou mais de 20 bancos centrais em cinco continentes.



Fraga garantiu que denúncias de vazamento de informações serão apuradas "com energia"

PRINCIPAIS TRECHOS DO DISCURSO

Quarentena: "Sou a favor da quarentena na saída, e pretendo obedecer a esse princípio mesmo não estando ainda em vigor qualquer lei sobre o assunto. Sou a favor porque acredito que um integrante do governo não deve fazer uso de informações confidenciais para benefício próprio ou de outrem".

Autonomia do BC: "O entendimento de que a contribuição do Banco Central é indispensável para o bem-estar da sociedade levou outros países a adotar um modelo de banco central independente. Na prática, significa que a diretoria do banco recebe um mandato para perseguir uma meta determinada pela sociedade, que é a preservação do valor da moeda, o que significa a manutenção de taxas de inflação baixas. Esse ponto é importante e merece ser enfatizado. O Banco Central não tem independência para fazer o que quiser, tem apenas a independência operacional para cumprir uma função preestabelecida pela sociedade".

Inflação: "A sociedade brasileira não quer a volta da inflação. Cabe ao Banco Central garantir que isso não ocorra. Queremos uma taxa de inflação no último trimestre deste ano na casa dos 0,6% ao mês, o que corresponde a uma inflação anualizada de um dígito".

Metas: "É possível vislumbrar já no segundo semestre deste ano alguma recuperação da economia. Para o ano 2000 espero a retomada do crescimento, acompanhada de inflação de um dígito. Para o ano 2001, buscaremos uma taxa de inflação abaixo de 5%".

Juros: "Mesmo com a manutenção de uma política monetária restritiva, há espaço para que, no futuro próximo, se verifique uma queda na taxa de juros real relativamente às taxas dos últimos anos. Nesse período, estávamos pagando um preço caro, decorrente dos riscos fiscais e cambiais que caracterizaram os últimos 18 meses".

Câmbio: "Só são sustentáveis a longo prazo os regimes próximos a um dos dois regimes puros, de livre flutuação e câmbio fixo. No caso do câmbio fixo, são viáveis as uniões monetárias, as caixas de conversão (currency boards) e outras formas semelhantes. No caso do câmbio flutuante, o que se observa é que a maioria dos países que o adotaram com sucesso não abre mão de intervir no mercado de câmbio, em circunstâncias excepcionais e com o reforço de outras políticas econômicas. É um regime viável e sustentável".

Política Fiscal: "Aponta para superávits primários superiores a 3% do PIB nos próximos anos. Tenho confiança de que em breve reverteremos a trajetória ascendente da relação dívida/PIB e sepultaremos de vez noções descabidas quanto ao tratamento a ser dado à dívida pública".

George Soros: "O grupo Soros, onde trabalhei por seis anos, administra investimentos nos mercados internacionais. Trata-se do mais antigo fundo de sua classe, detentor de excelente reputação ética e profissional. Não é banco e não tem escritório no Brasil".

Suplicy pede divulgação de operações

Dúvidas sobre ganhos ocorridos no mercado financeiro com a indicação de Arminio Fraga para o Banco Central levaram o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) a



pedir, durante a reunião da CAE, a divulgação das operações realizadas pelo Fundo Quantum (do megainvestidor George Soros) com títulos brasileiros nos dias que antecederam a mudança no BC. A solicitação baseou-se em declarações do diretor de mercados emergentes do Morgan Grenfell, Simon Treacher, de que "houve ganhos suspeitos da comunidade de hedge funds".

— É evidente que o Quantum valeu-se de informação privilegiada. Fraga, é claro, não tomou uma decisão da noite para o dia e isoladamente. A coincidência dos hedge funds comprando e vendendo títulos e reais é gritante — declarou Suplicy.

Fraga refutou as insinuações do diretor do Morgan. Ele contou que, com sua família, já havia tomado a decisão de voltar ao Brasil, e, assim, o convite para assumir o BC possibilitou esse retorno.

Com base em afirmações de Fraga, em seminário organizado pelo FMI, de que haveria "moedas demais" no mundo, Suplicy perguntou se ele recomendaria ao Brasil a dolarização.

Fraga explicou que sua afirmação referia-se a países pequenos, que não se beneficiam com o gerenciamento de uma moeda. A opção, frisou, é pela continuidade do real:

— Não tenho dúvida da adequação técnica e econômica desse caminho.

Volta da indexação preocupa Francelino

Preocupado com as previsões de volta da inflação feitas por institutos que acompanham as alterações dos preços, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) aproveitou a sabatina de Arminio Fraga para perguntar sobre a eventual volta da indexação de preços e salários.

Fraga afirmou que o Banco Central terá que adotar uma política monetária austera, que leve à estabilidade da moeda o mais rápido possível. De acordo com o que dissera na sua exposição inicial, ele indicou que o primeiro semestre deverá ser duro, para que o país se recupere no restante do ano sem possibilidade de volta da inflação.

Francelino quis saber quais as atitudes que o BC tomará para apurar pos-

síveis vazamentos de informações que teriam ocorrido antes da mudança de política cambial em janeiro.

— As denúncias de vazamento serão objeto de atenção e apuradas com a devida energia pela equipe do Banco Central. Não tive atuação que pudesse prejudicar o Brasil — garantiu Fraga.

A recente mudança de uma política de câmbio fixo para flutuante levou o senador a inquirir sobre qual a políti-



Francelino Pereira

ca monetária e cambial que o governo deve adotar no futuro. Para Fraga, o sistema de câmbio flutuante tem vantagens sobre o anterior e, dessa forma, o Banco Central pode voltar as suas preocupações para a inflação e o controle da base monetária.

A última pergunta centrou-se no acordo do Brasil com o FMI. Ele quis saber se a alteração no comportamento do governo americano em relação à crise brasileira poderia interferir na postura do FMI na assinatura do novo acordo, que está prestes a ser firmado.

— O acordo está em fase final de elaboração e terá solução em breve. Sem o FMI, teríamos que adotar uma política muito mais dura — disse Fraga.

FHC optou pelo "tudo ou nada", observa Simon

"É uma jogada do tudo ou nada", disse o senador Pedro Simon (PMDB-RS) ao referir-se à indicação do economista Armínio Fraga para a presidência do BC.

Na opinião do senador, o país passa por uma situação inédita, pois "um megaespeculador vai dirigir o Banco Central". O senador disse que, com a indicação, o presidente Fernando Henrique Cardoso demonstrou "grande coragem", assim como o próprio Armínio Fraga, por ter aceitado o cargo. Uma coragem, frisou Simon, que ele não teria se fosse presidente – para fazer o convite – ou se fosse Armínio Fraga, para aceitá-lo.

O senador lembrou que o economista deixou um trabalho que lhe permitia ganhar "altíssimas cifras" para ocupar um cargo no qual vai receber um salário "um pouco superior ao de um senador" e indagou sobre os motivos que teriam le-



Pedro Simon

do Fraga a voltar para o Brasil.

"Será que cansou de ganhar dinheiro? Mas, até quando?", perguntou Pedro Simon, e previu que o indicado poderia ter em vista um futuro diferente, mais grandioso, porque, "sendo um guri de apenas 42 anos" já comparece a uma sabatina no Senado pela segunda vez.

Também questionou se ele voltará depois ao mercado financeiro, como fez após ter ocupado a função de diretor da Área Internacinal do BC.

Ele pediu a Armínio Fraga que divulgasse, com brevidade, uma relação de seus bens para "calar a boca de alguns". Em resposta, Fraga disse que aceitou prontamente o desafio de dirigir o BC porque é "um otimista e um idealista". Acrescentou que apresentará sua declaração de bens ao Banco Central, de acordo com a regra, e que, por ter uma natureza otimista, não hesitou em aceitar o convite. "Mas sei que o desafio é duro", concluiu Armínio Fraga.



SABATINA

Fraga diz a Paulo Souto que câmbio vai se normalizar

O senador Paulo Souto (PFL-BA) quis conhecer a avaliação de Armínio Fraga sobre os motivos que levaram o real a passar por uma desvalorização tão elevada após a liberação do câmbio.

Na resposta, o economista disse que o mercado exagerou na desvalorização e ressaltou que "o fenômeno tende a se corrigir com o tempo". Fraga afirmou, ainda, que o BC vai zelar pela manutenção do valor da moeda, tendo em vista principalmente a necessidade de deter o avanço da inflação.

Paulo Souto também indagou sobre a possi-



Paulo Souto

bilidade de o país adotar políticas compensatórias a fim de aliviar a situação das camadas mais pobres da população.

Ele ressaltou que grande parte da população passa por dificuldades que precisam ser minoradas. Armínio Fraga afirmou que o Banco Mundial tem financiado países com problemas, dirigindo grande parte de seus recursos para a área social, e que tais políticas compensatórias também podem obter recursos realocados de outras áreas.

Alencar pergunta até quando país sustentará política de altos juros

O senador José Alencar (PMDB-MG) perguntou a Armínio Fraga se o BC continuará a vender dólares na Bolsa de Mercados Futuros. Segundo o parlamentar, o país demonstrou não ter cultura negocial para práticas como esta. Fraga afirmou que, com o câmbio fluante, a atuação do banco nos mercados futuros diminuirá. Ele lembrou que, nesse sistema de câmbio, o Banco Central não tem compromisso com a taxa do dólar, mas com a taxa de inflação.

Alencar lembrou que o BC tem como principal atribuição a manutenção da moeda. Para ele, a estabilidade monetária deve ser encarada como um meio para a retomada de crescimento e abertura do mercado de trabalho e todos os monetaristas recomendam política monetária restritiva por um curtíssimo tempo. Indagou, então, "por quanto tempo o país poderá agüentar essa política, que tem um efeito inverso por agravar o déficit público".

Fraga respondeu que é preciso atacar as raízes

dos altos juros. Ele disse ter certeza de que isto está sendo feito e que as taxas cairão, dando algum alívio à economia brasileira. Disse que seria desestabilizadora uma política monetária fora desse contexto. Para ele, as medidas tomadas poderão restabelecer uma taxa de juros normal no país.

Alencar comentou que seu pai lhe ensinou que ninguém é desonesto *a priori*. Recordou que, quando saiu de casa, aos 14 anos, o pai lhe disse que "o importante é poder voltar". Afirmou, então, desejar que Fraga "sempre possa voltar a esta Casa, para encarar a cada um de nós consciente de que cumpriu seu dever".



José Alencar

Sebastião Rocha questiona vínculos com especuladores

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) quis saber de que maneira Armínio Fraga pretende compatibilizar uma política monetária restritiva com um custo social mínimo.

Segundo o parlamentar, essa política poderá aprofundar a recessão, lançando à rua hordas de desempregados. Em sua resposta, Fraga foi sucinto: afirmou ter a convicção de que a melhor forma de se proteger a população pobre é evitar a volta da inflação.

O senador também quis saber a opinião de Fraga sobre as privatizações do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Ele respondeu que o assunto não está na órbita de atuação do BC. Mas



Sebastião Rocha

ressalvou que há um grupo de estudo sobre a questão, no qual o BC tem assento e, assim, participará da discussão.

Sebastião Rocha perguntou ainda se a amizade de Fraga com especuladores os impedirá de atacar o Brasil. Fraga afirmou que sua indicação para o BC está sendo atribuída a amizades com especuladores, mas a única que pode ter influenciado é sua relação de 20 anos com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, de quem foi aluno na PUC-RJ em 1978.

O parlamentar então indagou se os ataques engendrados pelos fundos de investimentos comandados por George Soros contra a libra esterlina e algumas moedas asiáticas foram feitos dentro dos limites da ética e se eles agravaram a situação no Brasil. Fraga tergiversou à primeira indagação, mas lembrou que os fundos tiveram perdas em suas atividades na Indonésia e no Japão.

Bornhausen destaca qualidades do economista indicado para presidir BC

Logo após argumentar que o economista Armínio Fraga Neto possui todos os requisitos para assumir a presidência do BC, o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) perguntou sobre as ações que o sabatinado estaria disposto a colocar em prática com o propósito de evitar que abusos do mercado diminuam o poder de compra do real.

Armínio Fraga respondeu que, no que diz respeito aos movimentos de mercado, a resposta teria que ser dada através da própria política econômica do governo, nos moldes tradicionais, sem apelar para o que ele classificou de "falsa criatividade".

Com relação às ações criminosas, a ataques especulativos tentando desestabilizar a moeda, ele garantiu que o Banco Central agiria de forma dura, em parceria com a Comissão de Valores



Jorge Bornhausen

Mobiliários (CVM).

Bornhausen disse que o economista possui os três requisitos fundamentais exigidos para presidir o BC: reputação ilibada, conhecimento das questões econômicas e as práticas de administração pública.

– Armínio estava nos Estados Unidos e lá ocupava, em função de suas qualidades profissionais, um posto privilegiado no mercado financeiro. Foi convocado pelo presidente depois de momentos dos mais graves vividos pelo Brasil. E ele respondeu imediatamente que aceitava o desafio, mostrando seu espírito público – concluiu.

Jonas Pinheiro pede atenção às necessidades do setor agrícola

O apoio do Banco Central para a agricultura, possibilitando que o setor ultrapasse o patamar de 80 milhões de toneladas anuais de grãos, foi proposto pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) durante a sabatina do economista indicado para presidir o BC, Armínio Fraga Neto.

O senador solicitou a flexibilização das regras de exigibilidade bancária, possibilitando a abertura de créditos no valor de R\$ 1 bilhão pelas instituições de fomento.

– É preciso que se busquem recursos de outras fontes para que passemos desse nível de produção, o que vai gerar mais renda e emprego. Contamos com a ajuda do Banco Central nas pró-

ximas safras – explicou o senador.

Armínio Fraga informou que não possui informações concretas sobre a questão da exigibilidade bancária, mas garantiu que o fomento à agricultura será uma das prioridades durante a sua gestão no BC. "A agricultura tem o seu lugar no contexto de uma política responsável", resumiu.



Jonas Pinheiro

Bernardo Cabral elogia prudência do depoente



Bernardo Cabral

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) elogiou a prudência demonstrada por Armínio Fraga Neto ao comentar o controle cambial. O economista afirmou, durante a sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos, que não se devem adotar taxas de câmbio rígidas, mas deixar que os níveis sejam dados pelo mercado.

Cabral perguntou a Fraga o que o levou a abdi-

car de rendimentos altos como agente do mercado financeiro para receber um salário menor como presidente do Banco Central. O indicado justificou a decisão com razões de foro íntimo.

– O dinheiro dá independência e permite que se ajude à família e aos amigos. Mas não me considero escravo do dinheiro. O convite do presidente Fernando Henrique Cardoso representa muito mais do que dinheiro. A idéia era voltar ao Brasil e me dedicar a um negócio próprio. Entretanto, veio o convite do presidente, que superou todas essas idéias – disse.

Valadares questiona sobre risco de moratória externa

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) perguntou se existe a possibilidade de o Brasil vir a ser obrigado a adotar a moratória internacional, por não dispor de dinheiro para fazer face aos US\$ 60 bilhões que terá que pagar de juros em 1999. Fraga foi rápido na resposta: "Sou contra a moratória, não acredito em soluções mágicas como congelamentos, seqüestros, controles ou suspensão de paga-



Valadares

mentos. Aliás, o Brasil provou que esses mecanismos não funcionam".

Valadares indagou qual o regime cambial que Fraga pretende adotar no BC. Fraga foi taxativo: "O regime de flutuação de câmbio é o mais adequado para o Brasil".

Valadares perguntou se o Brasil não deveria buscar outro caminho que não seja o FMI, que teria fracassado em outros países. O economista manifestou a sua confiança em que o FMI possa adotar aprimoramentos que venham a beneficiar o Brasil.



SABATINA

Freire aponta "evasivas" em questões fundamentais

Para o senador Roberto Freire (PPS-PE), o indicado para a presidência do Banco Central (BC), Armínio Fraga, foi evasivo em muitas questões, como a privatização do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal e até mesmo qual será a política cambial a ser adotada no país. Fraga se disse ofendido pelas afirmações de Freire de que teria fugido das perguntas.

— É fundamental para o Senado saber a sua posição. O senhor está sendo indicado a um cargo político e não apenas técnico. Há um compromisso. O senhor tergiversou em diversas ocasiões — disse Freire em sua tréplica.

Fraga defendeu-se por entender que o BC não pode ter atuação política, mas, sim, técnica. Para ele, posicionar-se acerca da privatização dos bancos estatais não resulta de avaliação com base em elementos técnicos, mas apenas de emissão de opinião com base em princípios.

Freire pediu a Fraga que não confundisse a discussão acerca de sua reputação com agressões pessoais. Para o senador, a relação de Fraga com especuladores que "praticam atividades de cassino, que agrediram a nossa moeda", é uma observação objetiva.

— A promiscuidade se instala no BC e os diretores indicados por Vossa Senhoria vão aprofundar essa situação. Existe o público que tem conflitos com o privado. Se não houvesse, não precisávamos nem estar discutindo — avaliou Roberto Freire.

As afirmações de Freire foram interpretadas por Fraga como uma tendência a prejulgamento, que estaria presente em outros momentos da sabatina. Essa tendência, para Fraga, contraria qualquer noção de justiça.



Roberto Freire

Lobão cita artigo em que Soros prevê derrocada do capitalismo

O senador Edison Lobão (PFL-MA) citou artigo assinado pelo investidor George Soros — ex-empregador de Armínio Fraga — em que ele alerta para o perigo de uma derrocada do sistema capitalista. Lobão afirmou que o nome do investidor era mais mencionado na reunião que o do próprio Fraga. Para o parlamentar, o fato de Fraga vir trabalhando em uma instituição internacional importa pouco. Segundo ele, a indagação da sabatina teria de ser mais simples: Fraga tem qualidades, como competência e honradez, para exercer o cargo?

Lobão afirmou que, no artigo, Soros destaca a necessidade da criação de um banco central mundial para conter as crises do capitalismo. O inves-

tidor põe em dúvida as chances de sucesso da economia globalizada e pergunta se a mentalidade mudará antes ou depois da falência total do sistema capitalista. O senador contestou a afirmação de que o governador de Minas Gerais e ex-presidente da República Itamar Fran-

co tenha tido a primazia na apresentação da proposta de quarentena para dirigentes do Banco Central. "Fui eu o precursor disto", afirmou.



Edison Lobão

Antero pergunta, mas Fraga não revela como BC intervirá no câmbio

O senador Antero de Barros (PSDB-MT), baseado em informações publicadas na imprensa, perguntou se o indicado para a presidência do Banco Central, Armínio Fraga, teria conhecimento sobre qual o sistema de intervenção no câmbio que o Banco Central (BC) estaria negociando com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Segundo Fraga, o acordo com o Fundo e a



Antero de Barros

política do governo nessa área constituem assuntos que ainda não são públicos, e abordar o tema durante a sabatina a que se submeteu na Comissão de Assuntos Econômicos, seria divulgar uma informação privilegiada. Da mesma maneira, Fraga não respondeu à indagação de Antero se o acordo com o FMI poderia limitar de alguma maneira a autonomia do BC no mercado de câmbio.

A redução das reservas, em queda desde o segundo semestre de 98, também foi alvo de pergunta do senador pelo Mato Grosso. A reversão da tendência, de acordo com Fraga, depende da normalização da situação econômica do país e da retomada da credibilidade.

Maguito teme que metas acertadas com o FMI agravem a recessão

Preocupado com os juros altos que, em sua opinião, deixam agricultores endividados e provocam desemprego, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) questionou o economista Armínio Fraga, indicado para a presidência do Banco Central, sobre as medidas que poderão ser adotadas para solucionar o problema.

— O governo não tem mais espaço para aumento de impostos ou para elevação dos juros. Medidas como essas agravariam a dívida pública e seriam um duro golpe na credibilidade que o governo precisa para demonstrar que vai honrar os seus compromissos. Como é possível atender às instruções do FMI e atingir



Maguito Vilela

as metas fiscais sem agravar a recessão? — perguntou o senador goiano.

Para Armínio Fraga, os recursos do Fundo Monetário Internacional são fundamentais para a estabilidade econômica do país. "Sem os recursos do Fundo, a situação seria pior. Mas é necessário agir rápido", afirmou.

"País não é só moeda", afirma Mestrinho, que teme estagflação

A alta taxa de juros, adotada para conter a inflação e manter a estabilidade do real, pode ter consequências maléficas, que ameaçam levar o país à recessão, a problemas sociais "terríveis" e à "estagflação" (estagnação econômica com inflação). Essa foi a preocupação revelada pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) durante a sabatina do economista Armínio Fraga.

Apesar de temeroso quanto ao cenário da economia do país, o senador acredita que a indicação de Fraga foi uma medida correta, que se confirmou depois de ouvir a sua exposição e o debate que se seguiu na CAE.

— O senhor deixou claro que é possível com-



Gilberto Mestrinho

patibilizar a política monetária, humanizando-a. O país não é só moeda. São 150 milhões de cidadãos, que precisam ser levados em conta também. A moeda é importante, mas a produção é fundamental. Se não recuperarmos o crescimento, este país não sairá das dificuldades em que se encontra. E os problemas sociais são os maiores inimigos da democracia — alertou Mestrinho.

O senador disse que se aconselhou com ex-alunos de Armínio Fraga e todos foram unânimes em avaliar a sua correção. Fraga agradeceu a Mestrinho e se disse estimulado por suas declarações.

Carlos Bezerra quer saber qual é a política do BC para os juros

Para o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), pouco se falou, na sabatina de Armínio Fraga, sobre o mais importante: qual será a política de juros do Banco Central em sua gestão. Para o parlamentar, as questões referentes ao câmbio, aos juros e à dívida brasileira são as maiores preocupações hoje no Brasil.

Carlos Bezerra lembrou que, entre as reformas de base defendidas na década de 60, já estava a questão dos juros, que deveriam cair. Ele lembrou que o país gastou US\$ 46 bilhões com juros em 1996, quantia que permaneceu igual no ano seguinte, alcançando US\$ 69,4 bilhões em 1998. Para este ano, a previsão é de que sejam gastos US\$ 70 bilhões.



Carlos Bezerra

O parlamentar citou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que afirmou que os gastos com juros este ano superam a arrecadação do governo federal com o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Carlos Bezerra indagou a Armínio Fraga qual seria o novo perfil para a dívida brasileira, para que a questão seja superada "para o bem do país".

Fraga disse que há duas razões para que a taxa de juros decline no futuro: em primeiro lugar, o saneamento do déficit público. Em segundo lugar, com a alteração da taxa de câmbio, as pressões do balanço de pagamento, que faziam com que os investidores no Brasil incorporassem um prêmio de risco com medo da desvalorização, acabaram. Assim, segundo o economista, o país saíria de um círculo vicioso para "entrar em um círculo virtuoso".

Fraga acrescentou que procurará apresentar periodicamente dados com análises sobre o tamanho e o custo da dívida, assim como sobre o superávit primário e outros fatores.

Para Marina, Fraga defende duas éticas



Marina Silva

Uma ética para o interesse público e outra para o interesse privado. Este é, na opinião da senadora Marina Silva (PT-AC), o comportamento que norteará a atuação de Arminio Fraga na presidência do Banco Central. "Suas opiniões indicam que o Banco Central terá uma administração centrada na ética do mercado", afirmou.

Arminio Fraga se defendeu dizendo que só conhece uma ética. "Não existem dois pesos e duas medidas. A ética que eu conheço é aquela que se aprende em casa, nas pequenas coisas, e que se

aplica tanto no setor público quanto no privado", argumentou.

Marina Silva instou o candidato a detalhar as aplicações feitas por George Soros, seu ex-patrão, quando de sua indicação pelo governo para a presidência do BC. De acordo com a senadora, Arminio Fraga não defendia a divulgação dessas informações "porque esta não era a prática nesse tipo de instituição".



SABATINA

Piva diz que preservação da moeda é indispensável

O senador Pedro Piva (PSDB-SP) disse, durante a sabatina, que considera normal a ligação entre diretores do Banco Central e instituições do mercado financeiro. "Isso acontece na Europa e nos Estados Unidos. Além do mais, o currículo e a credibilidade de Arminio Fraga o qualificam totalmente para o cargo", frisou.

Preocupado com a preservação da moeda, que



Pedro Piva

considera indispensável para o desenvolvimento do país, Piva perguntou a Arminio Fraga que medidas pretende adotar para manter o valor do real e conter a "fuga desenfreada de capitais que prejudica o balanço de pagamentos do país".

— A preservação da moeda é realmente o grande desafio. E o ajuste fiscal é a melhor forma de fazê-lo. Quanto ao balanço de pagamentos, são necessárias medidas que melhorem a situação das exportações. A fuga de capitais foi produto de uma série de circunstâncias e só será solucionada com um programa claro a ser apresentado à comunidade internacional com o objetivo de recuperar a confiança no país — respondeu Arminio Fraga.

Jefferson teme que passado de especulador fragilize indicado

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) indagou a Arminio Fraga se seu passado de especulador não fragilizaria sua atuação no Banco Central. Para ele, parte da sociedade considera especuladores piores que narcotraficantes. Lembrou que pessoas destacadas na sociedade chegaram a pedir morte aos especuladores.

Jefferson argumentou que um eminente e honrado advogado, se tivesse defendido traficantes, bicheiros ou sonegadores, teria recusada pelo Senado uma eventual indicação para o Supremo Tribunal Federal.

Fraga respondeu que trabalhava em um ramo



Jefferson Péres

de atividade como qualquer outro. Segundo ele, há especuladores honestos e desonestos:

— Minha intenção no BC é ser duro com o comportamento não ético, com a desonestidade, a propagação de falsos rumores. É uma obrigação de quem assume esta função.

Jefferson quis saber se Fraga não considerava então um "deslize ético" o fato de ter deixado uma diretoria do BC para trabalhar no grupo de George Soros.

Fraga ressaltou que não foi trabalhar numa instituição financeira brasileira, mas sim em uma firma que faz investimentos internacionais.

Ademir acha que economista vai defender os juros altos

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse que não acredita nos propósitos de Arminio Fraga Neto e, por esse motivo, votará contra sua indicação para a presidência do Banco Central, no plenário do Senado. "Mais uma vez o Senado comete e acolhe um erro de decisão da política econômica do presidente Fernando Henrique Cardoso", disse.

Dois temas chamaram atenção de Ademir Andrade, o que resultou em sua posição contrária à in-

dicação de Fraga para o BC. Segundo o senador, Fraga vai defender o controle monetário, o que significa que manterá a política das altas taxas de juros. Além disso, observou, deixou claro que respeita todos os compromissos e contratos feitos pelo país. Para o senador, esses compromissos precisam ser repensados, para que não prejudiquem a população.



Ademir Andrade

Lauro destaca a vinculação de Fraga com Fundo Quantum

Ao responder indagação dirigida pelo senador Lauro Campos (PT-DF), Arminio Fraga negou que seja sócio do Fundo de Investimento Quantum, conforme divulgado pela *Gazeta Mercantil*. Campos fez uma análise da nomeação e discorreu sobre aspectos éticos relacionados com a atividade dos especuladores.

O senador lembrou a relação de Fraga com o Fundo George Soros e disse que a nomeação do economista para o Banco Central pode ser vista de três maneiras: "O vampiro vai presidir um banco de sangue, a raposa vai tomar conta do galinheiro



Lauro Campos

e, ainda, vão continuar amarrando cachorro com lingüiça".

Lauro disse que não entraria no mérito da discussão sobre a ética de Fraga porque, disse, citando declaração do próprio George Soros, "o princípio moral dos especuladores é a ausência total de valores sociais". Assinalou que, nesse contexto, não teria dúvidas sobre a ética de Fraga.

O senador disse que Fraga, na diretoria do Banco Central no governo Collor, teria pavimentado a entrada do Brasil na ciranda financeira promovida pelo capital especulativo internacional de curto prazo.

Dutra acha vexatório sabatinar quem, para ele, já exerce cargo



José Eduardo Dutra

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) considerou "vexatório" a situação do Senado, ao sabatinar um candidato à presidência do Banco Central que, na prática, já está exercendo o cargo e dispendo de informações sigilosas, já que, oficialmente, é assessor especial do ministro da Fazenda,

da, Pedro Malan. "Se seu nome for rejeitado, teremos a situação esdrúxula de Fraga poder voltar ao

mercado financeiro, conhecendo nossos segredos financeiros", observou.

Fraga, respondendo, disse que não recebeu informações sigilosas e internas do BC, justamente em respeito ao processo de votação de seu nome no Senado. "Fiz questão de conhecer, apenas, dados macroeconômicos", ressaltou.

Dutra disse não acreditar nessa afirmação de Fraga, esclarecendo que vai apresentar proposta, juntamente com o deputado Aloísio Mercadante (PT-SP), para impedir que um candidato à presidência ou diretoria do BC possa ter acesso à economia brasileira antes de formalmente aprovado.

Arruda diz que muitos assumem cargos públicos por idealismo

Ao comentar declarações de senadores de que Arminio Fraga Neto está deixando de ganhar muito dinheiro no exterior para ter um salário menor como presidente do Banco Central, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) disse que esse é um fato corriqueiro na vida pública, pois existem muitos parlamentares que também optaram pelo salário pago pelo Legislativo em vez de trabalhar em grandes grupos privados com altos lucros:

— Houve gente que abriu mão de altos ganhos, apenas pelo ideal de exercer o cargo de senador — observou.

Arruda perguntou a Fraga sobre as possibi-

lidades de o Banco Central exercer sua independência e a defesa da moeda sem uma legislação específica adotada até então. Fraga respondeu que o presidente Fernando Henrique Cardoso e o ministro da Fazenda, Pedro Malan, darão ao BC um espaço para esse trabalho e traçarão objetivos nessa direção.



José Roberto Arruda

Saturnino levanta dúvidas sobre caráter e ética de Arminio Fraga



Roberto Saturnino

a empresa de especulação de George Soros, é difícil acreditar que, por ética, não tenha intervindo em operações que envolviam o Brasil, detentor que era de tantas informações e sendo um ho-

"Não é possível jogar um 'pôquer honesto' conhecendo o jogo do adversário", afirmou o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), levantando dúvidas quanto ao caráter e ética de Arminio Fraga. "Saindo do governo Collor, onde foi diretor do BC, para integrar

mem reconhecidamente pragmático."

Fraga manifestou indignação diante das tentativas de rotulá-lo como "jogador e especulador" ou de "gênio do mal". "Não sou gênio, mas sou do bem. Tenho sido professor durante quase toda a minha vida, tenho formação acadêmica e gostaria que os senadores conversassem com pessoas que me conhecem bem para aquilatar meu caráter e conceito de ética", afirmou.

Fraga descartou uma possível dolarização da economia brasileira. "O modelo de dolarização não serve para o Brasil. Não perca seu sono com este tipo de preocupação. O caso mexicano é diferente porque tem 80% de seus investimentos e comércio integrados à economia americana."

Para Jáder, Senado cumpru seu papel



Jáder Barbalho

A sociedade pôde verificar que o Senado cumpriu seu papel ao questionar, à exaustão, o indicado para o Banco Central. Essa foi a avaliação do senador Jáder Barbalho (PA), líder do PMDB, sobre a sabatina a que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) submeteu o economista Arminio Fraga.

— Cumprimento o sabatinado pelo equilíbrio com que se comportou. Não é um político, confessou sua posição de técnico. A responsabilidade política de sua indicação é do presidente da República, que avaliou suas condições para assumir o cargo — disse Jáder, antes de recomendar aos membros de seu



partido que aprovassem a indicação.

O senador afirmou não se aliar às questões éticas levantadas contra o indicado. Porém, ele acredita que quem o fez exerceu um direito democrático.

— O meu partido é solidário com o presidente da República. Desejo-lhe boa sorte. É isso que esperamos — afirmou Jáder, dirigindo-se a Fraga.

Maria do Carmo defende redução da taxa de juros

Ao sabatar Arminio Fraga, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) contestou a estratégia da equipe econômica de aumentar a taxa de juros com o objetivo de tentar evitar a saída de capital estrangeiro do Brasil. Ela disse que, à medida que os juros são majorados, cresce ainda mais entre os investidores o temor de que o país não tenha condições de honrar seus compromissos.

— As taxas de juros brasileiras, que já são as mais altas do mundo, também provocam uma recessão brutal e um desemprego preocupante e crescente. Até economistas ligados ao Banco Mundial vêm afirmando que a política de juros altos, uma das impo-

sições do FMI, vem conduzindo diversos países à inviabilidade — afirmou Maria do Carmo.

Após avaliar o momento econômico brasileiro, ela indagou se o BC continuaria insistindo na política de juros altos.

Fraga respondeu que partilha a mesma ansiedade da senadora sobre a necessidade de redução da taxa de juros. No entanto, disse, isso só será possível com um programa que permita a queda dos juros sem sobressaltos, como a volta da inflação ou confiscos.



Maria do Carmo

Maldaner teme tendência de elevação dos preços



Casildo Maldaner

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) manifestou preocupação com a volta da inflação. “O frango não come ração importada, mas todos estão preocupados com a inflação, que pode voltar em função das empresas que atuam, ao mesmo tempo, no mercado nacional e internacional”, disse.

Fraga respondeu que a credibilidade do Brasil no exterior pode melhorar, enquanto as medidas de política fiscal e cambial criam um “cí-

culo virtuoso”, que pode evitar a volta dos tempos inflacionários, que ninguém deseja. “O mercado vai encontrar o ponto de equilíbrio para que empresas que trabalham nos mercados nacional e internacional possam levar adiante seus negócios, sem trazer de volta altos índices de inflação”, previu.

Para Maldaner, muitas empresas de seu estado, Santa Catarina, compraram equipamentos e insumos importados, sendo difícil que não fiquem obrigadas a transferir custos a seus produtos, pressionando a inflação. “É isso que está na cabeça da maior parte das pessoas”, concluiu.

Heloísa Helena não vê ética na especulação

“Não consigo ver ética em uma estrutura que desmantela nações em função da mediocridade do lucro, que impõe fome, miséria, humilhação, desemprego e sofrimento”, afirmou a senadora Heloísa Helena (PT-AL) ao iniciar sua intervenção na sabatina de Arminio Fraga. Ela acrescentou que sua visão de ética é completamente diferente da dos especuladores, e segue o ponto de vista cristão.

A senadora disse não acreditar que o indicado para a presidência do Banco Central tenha reputação ilibada, uma das exigências constitucionais para o cargo. Mesmo assim, afirmou que, se no futuro descobrir que está enganada, voltará atrás e divulgará sua mudança de opinião.

Mesmo revelando seu voto contrário à indicação, Heloísa pediu que Fraga, ao assumir o cargo, dê transparência ao BC, e que sejam apuradas as denúncias de que alguns bancos teriam se beneficiado com o vazamento de informações.

Em resposta, Fraga comprometeu-se a dar o tratamento devido às denúncias desse tipo. Ele também comentou que, filosoficamente, pensa de maneira diferente da senadora Heloísa Helena, e citou como exemplo o fato de ser favorável a que o país honre seus compromissos.



Heloísa Helena

Estevão condena insinuação de vazamento de informações

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) questionou entrevista publicada na revista *Carta Capital*, na qual o diretor de mercados emergentes do Morgan Grenfell, Simon Treacher, insinua que Arminio Fraga forneceu informações privilegiadas que beneficiaram o fundo de investimentos de George Soros. Estevão classificou de tendencioso quem se baseou em parte da entrevista para tirar falsas conclusões.

Segundo o senador, o próprio entrevistado deixou dúvidas sobre a veracidade das informações ao responder evasivamente às perguntas da revista. Es-

tevão lembrou que Treacher disse que não podia nem tinha interesse em provar se o fundo de Soros recebera informações privilegiadas.

Ao arguir Fraga, Estevão perguntou sobre os lucros que o Brasil obteve no tempo em que o capital especulativo manteve-se no país. Fraga respondeu que o benefício trazido pelo dinheiro volátil foi a possibilidade de poupança e crescimento tecnológico.



Luiz Estevão

Luiz Otávio alerta contra a “indústria do boato”

O fator subjetivo que alimenta a inflação, denominado “indústria do boato”, foi tema de questão dirigida pelo senador Luiz Otávio (PPB-PA) a Arminio Fraga. Ele quis saber o que o BC pretende fazer para combater os efeitos das “meras expectativas” dos agentes econômicos sobre os índices inflacionários.

Fraga disse que vai trabalhar com metas antecipadamente anunciadas e que espera, assim, conseguir credibilidade no mercado, componente essencial para conter as más expectativas. Para o economista, a credibilidade será alcançada no dia-a-dia, gerando

a estabilidade necessária para que o próprio mercado “corrija os desvios que venham a ocorrer”. Ele citou os Estados Unidos como exemplo de país que já atua dessa maneira.

Luiz Otávio enfatizou que deseja contar com o trabalho de Fraga para garantir maior tranquilidade ao povo brasileiro. “Espero que o país possa, com sua ajuda, melhorar os indicadores sociais”, disse.



Luiz Otávio

Fogaça chama atenção para importância das reservas



José Fogaça

O senador José Fogaça (PMDB-RS) quis saber de Arminio Fraga a importância das reservas em moeda estrangeira para um programa de estabilização. Lembrou que na campanha presidencial de 1989 expressivos economistas de esquerda afirmavam que o Brasil só conseguiria uma economia estável se tivesse reversas monetárias.

Na ocasião, comentou Fogaça, as reservas estavam em cerca de US\$ 2 bilhões, impedindo uma

estabilidade duradoura e autônoma. Ele relatou ainda que no governo Collor as reservas pularam de US\$ 7 bilhões para US\$ 20 bilhões, criando condições para o primeiro plano de estabilização, e que Fraga acompanhou esses fatos como diretor do BC.

Fraga afirmou que a idéia principal era acabar com a inflação, “o grande veneno econômico” para o Brasil. Na visão do governo da época, explicou, só se poderia ter um programa de estabilização com sucesso se “a taxa de câmbio funcionasse como âncora ou guia na queda da inflação”, permitindo ao Plano Real o êxito que teve por quatro anos.

Fraga está credenciado para o BC, diz Quintanilha

Para o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), por ter operado no mercado financeiro Arminio Fraga está devidamente credenciado a assumir a presidência do BC.

— Gostaria de elogiar-lo também pela coragem e espírito público que demonstrou ao aceitar esse desafio em momento tão turbulento da economia nacional — disse Quintanilha.

O senador perguntou qual a perspectiva de retomada do crescimento, dado o cenário atual de

instabilidade.

Segundo Fraga, a resposta está “na seqüência temporal” dos acontecimentos na economia.

— Esperamos um futuro mais promissor. O pouco tempo desde a mudança no câmbio não deixa claros os benefícios que virão. Espero a queda dos juros e a volta do crescimento — afirmou Fraga.



Leomar Quintanilha

Osmar indaga como impedir ganhos ilícitos

“Quando há rumores de que o Brasil vai quebrar e isso não acontece, alguém ganha e o país sai prejudicado? Essa estratégia pode ser neutralizada?”, perguntou o senador Osmar Dias (PSDB-PR), interessado em saber se o governo brasileiro pode se aliar ao dos Estados Unidos para identificar se houve ganhos ilícitos de especuladores com os boatos sobre a economia brasileira.

Fraga disse que os bancos centrais e as comissões de valores mobiliários da maior parte dos

países já tomam precauções para coibir o uso indevido de informações. “O governo americano é enérgico contra atuações antiéticas e criminosas. É verdade que, nos últimos 18 meses, a credibilidade do Brasil diminuiu, e isso torna o país mais vulnerável a rumores”, explicou Fraga.



Osmar Dias